

## BOLETIM 618

Brasília, 1º de agosto de 2018

# Cresce no sindicalismo repúdio a desvios para sistema patronal

O sindicalismo reage, com indignação, ao repasse de verbas da qualificação dos trabalhadores para financiar entidades patronais. O repúdio se justifica porque o governo que destina recursos a entidades do patronato é o mesmo que bancou a reforma trabalhista, atacando duramente o sindicalismo classista e cortando seu custeio. Entidades de trabalhadores estudam recorrer à Justiça.

O decreto repassou verbas do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) para a Confederação Nacional da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA) e federações filiadas. A entidade do Sistema S no setor agrícola deve reservar até 5% do orçamento para a CNA e outros 5% às federações. O Senar recebeu R\$ 829,1 milhões no ano passado.

Artur Bueno de Camargo, presidente licenciado da Confederação Nacional dos Trabalhadores em Alimentação (CNTA-Afins) e ex-coordenador do Fórum Sindical dos Trabalhadores (FST), denuncia a parcialidade. "Acho um absurdo. Isso mostra que o governo é parcial, ao garantir recursos para entidades patronais e deixar o sindicalismo sem o custeio que vem da base". Ele adianta: "Estamos estudando ir à Justiça".

**Desvio** - Em entrevista à Agência Sindical, Miguel Torres, presidente interino da Força Sindical, critica o governo: "Ao mesmo tempo que faz de tudo pra enfraquecer a representação dos



trabalhadores, garante financiamento ao setor patronal. Para o patronato, pode tudo; para os trabalhadores, nada". O sindicalista aponta desvio: "Esse dinheiro está sendo retirado do investimento em qualificação dos trabalhadores. Tomara que não seja desviado para campanhas eleitorais".

**Advogado** - "Juridicamente, está sendo estudada qual a melhor forma para se buscar a isonomia, já que não se pode privilegiar apenas as entidades patronais. O princípio da isonomia está sendo ferido com esse decreto. Além das entidades dos trabalhadores, existem também entidades patronais que não são beneficiadas pelo Sistema S. Portanto, é outro ponto que fere a isonomia", argumenta o experiente advogado Hélio Gherardi.

Fonte: Agência Sindical

## Vida piorou para 70% dos brasileiros no governo Temer, diz pesquisa

Sete em cada 10 brasileiros consideram que a vida piorou desde que o presidente Michel Temer (MDB) assumiu a Presidência da República, em agosto de 2016, segundo pesquisa Vox Populi/CUT divulgada na última sexta-feira (27). *No Valor Econômico*

Dos entrevistados pelo instituto de pesquisa, 69% afirmaram que a vida está pior no governo Temer e 6% disseram que melhorou. Para 23%, a vida não mudou desde que o emedebista assumiu o comando do país e 2% não responderam.

A região Sul é a que registra as maiores reclamações sobre as condições de vida: 73% dos entrevistados consideram que tudo piorou. Em seguida, aparecem o Sudeste, com 70%, Nordeste com 68% e Centro-Oeste/Norte com 65%.

A avaliação negativa de Temer aumentou de 73% para 83%, na comparação com o levantamento anterior, de maio. Entre os entrevistados, apenas 3% consideram "bom" o desempenho do presidente (ante 6% na pesquisa de maio) e 13% afirmaram que é regular (eram 20% na pesquisa passada).

O combate ao desemprego e a melhoria da saúde e da educação foram os temas mais citados pelos entrevistados como prioridades a serem assumidas pelo próximo presidente.

O combate ao desemprego e a melhoria da saúde e da educação foram os temas mais citados pelos entrevistados como prioridades a serem assumidas pelo próximo presidente.

O instituto de pesquisa ouviu 2 mil pessoas em 121 municípios de todo o país, entre os dias 18 e 20 de julho. A margem de erro é de 2,2 pontos percentuais, para mais ou para menos e o intervalo de confiança é de 95%. O levantamento está registrado no Tribunal Superior Eleitoral com o número BR-02205/2018.

Fonte: Diap

## Número de desempregados recua 5,3% do primeiro para segundo trimestre

O número total de desempregados no país caiu de 13,7 milhões no primeiro trimestre deste ano para 13 milhões no segundo trimestre. Segundo os dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (PNAD-C), divulgados nesta terça-feira (31) pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), de um trimestre para outro, houve uma queda de 723 mil pessoas na população desocupada, ou seja, de 5,3%.

Na comparação com o segundo trimestre do ano passado, também houve queda: 520 mil pessoas ou 3,9%.

A taxa de desemprego foi outro indicador que apresentou queda nesta edição da PNAD-C de 13,1%, no primeiro trimestre, para 12,4% no segundo trimestre do ano. No segundo trimestre do ano passado, a taxa era de 13%.

A população ocupada ficou em 91,2 milhões de pessoas, crescimentos de 0,7% (mais 657 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e de 1,1% (mais 1 milhão de pessoas) na comparação com o segundo trimestre de 2017.

**Informalidade** - Apesar disso, o crescimento do contingente de ocupados foi puxado pelos trabalhadores sem carteira assinada e aqueles que trabalham por conta própria. O número de empregados com carteira de trabalho assinada no setor privado, de 32,8 milhões, manteve-se estável em relação ao primeiro trimestre e caiu 1,5% (menos 497 mil pessoas) na comparação com o segundo trimestre de 2017.

O número de empregados sem carteira (11 milhões) cresceu 2,6% (mais 276 mil pessoas) em relação ao trimestre anterior e 3,5% (mais 367 mil pessoas) em relação ao segundo trimestre do ano passado.

A categoria dos trabalhadores por conta própria (23,1 milhões de pessoas) ficou estável em relação ao trimestre anterior e cresceu 2,5% (mais 555 mil pessoas) na comparação com o segundo trimestre de 2017.

**Setores** - Entre os dez grupamentos de atividades da economia, apenas dois tiveram crescimento nos postos de trabalho em relação ao primeiro trimestre: indústria geral (2,5%) e administração pública, defesa, saúde e educação (3,8%). Os demais setores mantiveram-se estáveis.

Na comparação com o segundo trimestre de 2017, também houve aumento em dois setores: administração pública, defesa, saúde e educação (3,7%) e outros serviços (6%).

**Rendimento** - O rendimento médio real habitual ficou em R\$ 2.198 no segundo trimestre deste ano, relativamente estável tanto em relação ao trimestre anterior quanto na comparação com o segundo trimestre do ano passado.

Fonte: Agência Brasil



## Dieese se reestrutura para sobreviver e acompanhar futuro do trabalho

***Para diretor-técnico, o instituto, criado em 1955, atravessa a crise mais grave de sua história, com perda de receita, funcionários e sócios. Mas se reorganiza para seguir assessorando os sindicatos***

A "reforma" trabalhista retirou o custeio do movimento sindical e agravou a situação, que já era preocupante, do Dieese, o tradicional instituto de assessoria e análise do mundo do trabalho. Recentemente, sua direção se reuniu para discutir um plano de reestruturação, o que se traduz em diminuição do tamanho, mas também em definição de diretrizes. Um processo "para se pensar à frente", diz o diretor-técnico do Dieese, Clemente Ganz Lúcio. Dificuldades fazem parte da trajetória da entidade, mas ele acredita que esta seja a mais grave crise de sua história, iniciada em 1955.

"Nos anos 60, o impacto político foi severo, mas o Dieese era pequeno. Hoje, o impacto é em





relação a uma equipe grande e uma instituição de presença nacional", avalia Clemente. Para ele, o momento é de "construir resistência em todas as frentes". A receita atual corresponde de 60% a 70% do período 2014/2015. Caiu a arrecadação sindical e houve perda de contratos com órgãos governamentais. A previsão é de que a receita de 2019 seja equivalente a 50% de 2016.

A pesquisa da cesta básica, que era realizada nas 27 capitais, agora é feita em 20. Também diminuiu o número de regiões metropolitanas abrangidas pela Pesquisa de Emprego e Desemprego (PED). A pesquisa original, de São Paulo, iniciada em 1985, está garantida pelo menos para o ano que vem.

O corte atingiu também pessoal e subseções. Segundo o coordenador de Relações Sindicais do Dieese, José Silvestre Prado de Oliveira, de 62 subseções em entidades no ano passado, o número caiu para 50. "Em algumas, o técnico foi demitido. Em outras, o tamanho da subseção foi reduzido, e também o valor do contrato." Desde 2015, mais de 100 funcionários foram dispensados. De 340, ficaram aproximadamente 230.

Caiu ainda o número de sócios, hoje em torno de 670. Em 2017, eram 720. Silvestre lembra que no começo dos anos 2000, esse número chegou a quase 1.200, mas a inadimplência também era alta, em torno de 40%. "Muitas entidades têm nos procurado para reduzir o valor da mensalidade", acrescenta.

Uma parte da equipe teve atraso nos salários. Desde setembro, foi adotada uma linha de corte de R\$ 5 mil – até esse valor, o pagamento é integral. Falta ainda acertar o 13º salário. Um comitê de reestruturação foi organizado, com participantes das seis centrais reconhecidas

formalmente, e lançada uma campanha de fortalecimento do Dieese.

**Transição** - "O que a gente está fazendo é trabalhar nas entidades sindicais para a construção de um fundo para ajudar na reestruturação. Estamos tentando preservar as receitas sindicais e não sindicais", diz Clemente. O momento difícil também leva a planejar o futuro: "Olhar para as transformações que estão ocorrendo no mundo do trabalho, o impacto que a reforma trabalhista traz para o sistema de relações do trabalho".

O Dieese busca estabelecer prioridades, "reorganizar o nosso atendimento sindical para as negociações coletivas, principalmente", além de formar uma rede de atendimento nos estados, dando suporte via internet. Com a preocupação de se manter "na medida em que o próprio movimento sindical vai definindo o seu tamanho". É um período de transição "cujo tamanho ninguém sabe", lembra o diretor técnico. Algumas entidades certamente vão ajudar, mas ele observa que cada uma também está tentando se preservar.

Fundado no final de 1955, com o objetivo de monitorar as entidades de trabalhadores e fomentar pesquisas próprias, com desconfiança dos índices oficiais, o Dieese acompanhou o crescimento do movimento social nos anos 1980, lembra Silvestre, mas nunca teve um financiamento 100% sindical. Agora, tem um duplo desafio: "Se reorganizar, mas também com capacidade de ajudar o movimento sindical a se repensar".

Fonte: Rede Brasil Atual

## Condenado a pagar pensão alimentícia poderá ter de comunicar novo empregador sobre desconto em folha

A pessoa condenada a pagar pensão alimentícia com desconto em folha de pagamento poderá ser obrigada a apresentar a cópia da sentença judicial que a obrigou ao novo órgão público de lotação ou ao novo empregador. O documento deve ser entregue no ato de posse ou de contratação.

É o que determina o Projeto de Lei 9326/17, em análise na Câmara dos Deputados. A ideia da autora da proposta, a ex-deputada Pollyana Gama, é evitar a necessidade de novo ofício judicial para que o desconto em folha ocorra. O texto acrescenta a medida ao Código de Processo Civil (Lei 13.105/15).

Segundo a parlamentar, nos casos em que o executado muda sua relação funcional ou seu local de emprego, dificilmente autoriza, de livre e espontânea vontade, a continuidade do desconto da prestação alimentícia em sua folha de pagamento, o que leva a outra parte a ter de promover nova solicitação ao Poder Judiciário.

“Nesses casos, o Poder Judiciário é acionado somente para oficial a determinação judicial que poderia ser cumprida espontaneamente pelo próprio executado”, aponta Pollyana. Para ela, a proposta pode ajudar a “desafogar o sistema judiciário”.

Fonte: Agência CÂMARA



## Mais uma mulher à frente de Sindicato em SC

O presidente da CONTRICOM e da FETICOM-SC, Altamiro Perdoná, participou no último dia 19 de reunião na sede do Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Construção e do Mobiliário de Porto União (SC) - SITICOM, ocasião em que a companheira Márcia Rerget (à direita de Altamiro, na foto) assumiu a presidência da entidade em razão da saída do companheiro Orlando Ferreira (à esquerda de Altamiro). Outros integrantes da direção do Sindicato participaram do evento que consumou a presença de mais uma mulher à frente de uma entidade sindical.

### **BOLETIM CONTRICOM**

Presidente

**ALTAMIRO PERDONÁ**

Secretário Geral

**MIRALDO VIEIRA DA SILVA**

Secretário de Finanças

**AROLD PINTO GARCIA**

Secretário para Assuntos de Comunicação

**WILSON GERALDO SALES DA SILVA**

Redação e Edição

**INSTITUTO DOIS CANDANGOS**